

UFPBNDIHR

TEXTOS

UFPBNDIHR

TEXTOS

UFPBNDIHR

TEXTOS

UFPBNDIHR

SOBRE BANANAS E BANANEIROS
PRODUÇÃO MERCANTIL E RELAÇÕES DE
TRABALHO

JACOB CARLOS LIMA

TEXTOS UFPB - NDIHR Nº 7

JANEIRO/1985

UFPBNDIHR

SUMARIO

capítulo

1	INTRODUCCIÓN
2	A PROPOSITO DE LA INVESTIGACION ECONOMICA
3	ASPECTOS DEL TRABAJO
4	El problema de la productividad del trabajo
5	El problema de la formación de precios
6	El problema de la formación de salarios
7	El problema de la formación de precios de los factores
8	El problema de la formación de precios de los factores
9	CONCLUSIONES
10	BIBLIOGRAFIA

EL PROBLEMA DE LA PRODUCTIVIDAD

PROBLEMAS DE LA INVESTIGACION ECONOMICA

EL TRABAJO

EL PROBLEMA DE LA PRODUCTIVIDAD

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	1
A PRODUÇÃO MERCANTIL DE BANANAS	3
AS RELAÇÕES DE TRABALHO	12
1 - Do camarada ao assalariado permanente ...	12
2 - A jornada de trabalho	17
3 - Mecanismos de retenção do trabalhador ...	21
A habitação	23
CONCLUSÃO	28
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	30

MEMORANDUM

1974

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

INTRODUÇÃO

O cenário é centro-americano: milhares de hectares cobertos por bananais com estradas internas e vilas de trabalhadores. O clima é super-úmido, elevada precipitação pluvial, com uma temperatura média próxima a 30^o graus. Diversos rios cortam a região. A proximidade da serra contribui para tornar o calor sufocante, ao mesmo tempo que a proximidade do mar provoca fortes vendavais. A vida dos trabalhadores é precária: baixos salários, semi-compulsoriedade no trabalho, doenças, falta de assistência médica e constantes movimentos reivindicatórios.

Essa descrição poderia ser de alguma república bananeira da região do Caribe, mas não é. Estamos nos referindo a Itanhaém, no litoral sul paulista a 108 km do maior centro industrial latino americano. O litoral sul compõem com o Vale do Ribeira no Estado de São Paulo a maior região produtora de bananas do país e até há pouco tempo atrás a maior exportadora da fruta para os países do Prata. Ao mesmo tempo, essa região é considerada a mais atrasada economicamente do Estado, sendo o Vale do Ribeira a última fronteira agrícola do estado e objeto, ainda hoje, de conflitos pela posse da terra.

Segundo o IBGE, Itanhaém pertence a micro-região homogênea (por possuir características sócio-econômicas semelhantes) da Baixada santista cujo epicentro é a cidade de Santos a 61 km. É, a partir de Santos que as plantações de banana atingem Itanhaém na década de 30, e onde se inicia a produção mercantil da fruta no final do século passado se expandindo pelas áreas próximas nas décadas seguintes. Na década de 40 Itanhaém se constitui no maior município produtor, situação que perde para outros municípios do Vale do Ribeira na década de 60. Mas irá manter sua posição de maior exportador, possuindo em seu território as maiores fazendas com produção voltada a esse objetivo e com controle dos mercados platinos via escritórios de representação, frotas próprias de caminhões etc.

A proximidade de grandes centros comerciais e industriais, aliada a condições históricas que deliniram o processo de incorporação regional, criou uma série de especificidades locais no que se refere a utilização da mão-de-obra. Por ter sido uma área economicamente estagnada até a implantação da bananicultura, Itanhaém, dependerá quase que exclusivamente de mão-de-obra adventícia. Ao contrário de outras regiões agrícolas do estado, mais "modernizadas", predomina aqui, o trabalhador permanente e não o bóia-fria, demonstrando a heterogeneidade que assume a expansão do capitalismo na agricultura mesmo nas áreas consideradas de capitalismo avançado.

É esta especificidade que tentaremos caracterizar aqui através da demonstração de como se dá a produção mercantil de bananas na área e como se desenvolvem as relações de trabalho.

Parte-se do pressuposto que o capitalismo penetra na agricultura de forma lenta e desigual criando situações específicas conforme os processos de incorporação das diversas regiões à economia mercantil. A proletarização do trabalhador rural embora tendência geral, assume características diversas em função da disponibilidade de mão-de-obra, exigências culturais da produção agrícola, mecanização; enfim conforme as necessidades da acumulação.

O trabalho se divide em duas partes. Na primeira nos teremos na produção de bananas, sua implantação na área, e principais características; na segunda as relações de trabalho, sua evolução e formas que assume atualmente. (1)

(1) Este trabalho é parte da dissertação de mestrado: "Os bananeiros de Itanhaém - Relações de trabalho na cultura da banana" defendida na PUC - SP em outubro de 1983.

A PRODUÇÃO MERCANTIL DE BANANAS

A produção de bananas em escala mercantil se inicia, na Baixada Santista, no final do século passado. Entre os fatores que favoreceram a produção podemos destacar: o crescimento industrial do Estado, a urbanização, a composição do proletariado e os baixos salários. Por ser uma fruta de preço baixo e produção perene, além de seu valor alimentício, torna-se alimentação constante entre o nascente proletariado paulista. A origem italiana de parte desse proletariado o fato de conhecerem e serem apreciadores da fruta, contribuiu para o consumo cada vez maior de banana².

À demanda crescente da capital paulista soma-se o início das exportações para Buenos Aires e Montevideu, provocando a expansão dos bananais. Anteriormente, as exportações de banana para o Prata eram feitas via Paranaguá e Florianópolis, regiões produtoras da banana "branca". A produção da Baixada Santista era da espécie "nânica", com grande aceitação naqueles mercados. De forma progressiva, a Baixada passa a ser a principal produtora dessa espécie da fruta e em seguida a principal exportadora.

As condições naturais existentes na área de Santos e São Vicente - clima quente e úmido, extensa rede hidrográfica - proximidade do porto exportador, da ferrovia e de mercados consumidores, favorecerão com que a produção triplique entre 1905 - 1911. A partir daí, Santos passa a ser o principal porto exportador da fruta e principal

(2) Geraldo MULLER. "Estado, Estrutura Agrária e População". p. 54 - 55.

região produtora do estado ³.

Inicialmente, a exploração comercial de bananas se dará em Santos e arredores com a produção organizada em grandes propriedades. Mas a exploração inadequada dos solos irá provocar o rápido esgotamento de terras dada sua exploração extensiva. O caráter extensivo das plantações acarretará a procura de novas terras, espalhando a produção pelas áreas aproveitáveis das baixadas dos diversos rios que cortam a região, utilizando seus leitos como estradas naturais no escoamento da produção. Posteriormente, a expansão se deu em direção ao litoral norte, onde se destacaram os bananais de Caraguatatuba. Em seguida em direção ao sul, onde a expansão foi maior, acompanhando os trilhos da estrada de ferro até Juquiã, no Vale do Ribeira. Em 1939, Santos ocupava o primeiro lugar na produção estadual de bananas, seguido por Itanhaém e Caraguatatuba ⁴.

A construção da ferrovia, ligando Santos a Juquiã, favoreceu a expansão na direção sul do litoral, mas não foi suficiente para explicar a "corrida" às novas terras. O precário funcionamento inicial da ferrovia com apenas um comboio diário não entusiasmou muito os produtores. Foi a partir de 1927 que a "corrida" para o litoral sul, Itanhaém principalmente, se efetivou com a implantação dos primeiros bananais às margens do Rio Branco da Conceição ⁵.

Podemos dizer que vários fatores conjugados serão responsáveis pela rápida ocupação de novas terras a partir de 1927. Entre eles: a perda de rentabilidade dos velhos bananais santistas, a contínua ampliação do mercado interno e externo, e, principalmente, a crise cafeeira a partir de 1929, que possibilitou o deslocamento

(3) J.R. ARAÚJO FILHO "A Baixada do Rio Itanhaém" p. 78.

(4) Januário MEGALE. *A bananicultura no litoral paulista*. p. 31

(5) J.R. ARAÚJO FILHO. *Ob. cit.* p. 56.

de capitais para outros setores da economia⁶. Com isso, as crescentes exigências dos produtores provocaram a melhoria dos transportes na região. Em 1928 a Southern São Paulo Railways passa a propriedade do estado sendo incorporada à Estrada de Ferro Sorocabana, aumentando o número de composições diárias. Porém já em 1933 esse número foi considerado insuficiente para a quantidade de cachos produzidos. Isto fez com que os produtores mandassem construir um barco de 100 toneladas para transporte da fruta pelo mar até Santos⁷. Outro meio de transporte implementado foi o rodoviário, com os caminhões seguindo pela praia até a Praia Grande e daí até Santos, via ponte pênsil.

A ocupação das terras deu-se através da compra de direitos de posse, expulsão dos moradores, e ocupação de terras devolutas. A organização da produção foi feita através de grandes fazendas, como vinha ocorrendo em Santos. A outra área do município, às margens do Rio Preto, teve ocupação menos intensa por parte de grandes fazendeiros, permanecendo grande número de sítios, fazendas menores, com um ou outro posseiro.

As condições favoráveis encontradas em Itanhaém, no que se refere à disponibilidade de terras irá provocar a continuidade da exploração extensiva da fruta, de forma predatória, pela simples anexação de terras conforme as necessidades do mercado. A administração das fazendas ficará a cargo de um preposto do proprietário, geralmente um trabalhador com algum tempo de serviço, no cargo de feitor ou administrador.

A instalação das fazendas deparou-se com inúmeros problemas como enchentes frequentes, malária, mão-de-obra escassa etc. As di

(6) Aziz SIMÃO e Frank GOLDMANN. "Itanhaém": estudo sobre o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade litorânea. p. 21.

(7) J.R. ARAÚJO FILHO, ob. cit. p. 62.

ficuldades iniciais serão, de certa forma, superadas e, quatro anos mais tarde a bananicultura já estará consolidada na região. As áreas ocupadas com outras culturas decrescem paulatinamente entre 1944 e 1951, enquanto a área tomada pelas bananeiras elevou-se de 1.600 para 3.648 hectares, a ocupada pelas demais culturas reduziu-se de 644 para 38" 8.

No período posterior à 2ª Guerra Mundial, principia, por parte dos produtores, uma preocupação maior com o trato da terra e a restauração dos bananais abandonados, embora continuasse a expansão por terras novas. Assiste-se à recuperação de bananais antigos, a criação de novos, adubação e cuidados mais frequentes com a cultura 9. Tem-se uma progressiva mudança na base técnica da produção como reflexo de crescentes exigências de qualidade no mercado internacional.

Em 1946, é fundada a Cooperativa Central dos Bananicultores do Estado de São Paulo com sede em Santos. Será composta pelos grandes produtores da região e será responsável pela introdução de uma infra-estrutura para exportação - inexistente anteriormente - assim como o desenvolvimento de uma tecnologia aplicada à cultura da banana, visando à melhoria da qualidade da fruta e da produtividade do trabalho. A Cooperativa reunirá os grandes produtores-exportadores da fruta nos quais os proprietários itanhaenses terão participação destacável. De Santos a Itanhaém se localizavam os grandes produtores que dominavam grande parte da exportação, via Cooperativa.

Dentre as variedades de bananas cultivadas na área, o tipo

(8) Azis SIMÃO e Frank GOLDMANN. op. cit. p. 22 - com dados fornecidos pelo Departamento de Estatística do Estado de São Paulo.

(9) J. R. ARAÚJO FILHO. A Cultura da Banana no Brasil, p. 43.

que se destacava a nível da comercialização e exportação era a "nanica" (dwarf cavendish), cuja produção foi dominante no Estado de São Paulo até a década de 60¹⁰. Esse predomínio era decorrente de sua maior resistência aos ventos fortes do litoral, às pragas que atingem a fruta, além de que cada cacho produzia um número maior de pencas e frutas¹¹.

Na década de 60 foi implantada uma nova tecnologia na cultura da banana, visando melhorar a produtividade e a qualidade da fruta e, com isso, melhorar os preços no mercado interno e de exportação. A nova variedade, "o nanicão" (giant cavendish), foi desenvolvida em estudos realizados na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo. Caracteriza-se por possuir maior tamanho, peso, melhor aparência e maior produtividade por hectare, sem exigir, a nível de cuidados, nada além do despendido com a nanica¹².

Os bananais com a variedade nanica passam então a ser substituídos pela "nanicão", provocando na região uma renovação dos bananais.

Outros estudos sobre a banana foram desenvolvidos pelo Instituto Biológico de São Paulo e se referem a pesquisas sobre moléstias que atingem os bananais e formas de combatê-las, e pelo Instituto Agrônomo de Campinas, sobre a utilização de máquinas apropriadas para aumentar a produtividade da banana¹³.

Segundo classificação do Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, por grau de técnica de culturas, a da banana encontra-se no grupo intermediário

(10) Outras variedades da fruta que se destacavam, embora sem a organização comercial da produção como a da "nanica": ouro, terra, são tomé, maçã d'água, entre outras. Originária da Ásia, nas regiões quentes e úmidas, ela se expandiu pelo resto do globo, adaptando-se nas regiões mais favoráveis da África, Arábia, América Latina, etc. No Brasil foi encontrada a "pacova", uma espécie nativa sem significado comercial. Vide Januário MEBALE - *A Bananicultura no litoral paulista*, p. 19.

(11) J.R. DE ARAÚJO FILHO - op. cit. p. 40.

(12) Januário MEGALE - Op. cit. p. 36.

(13) Raul S. MOREIRA - Relatório de viagem às regiões bananeiras da América Central e Caribe, passim.

entre as "modernas" e as "tradicionais". O grau de modernização de uma cultura, é dado pela adoção de técnicas modernas que "tendem a responder rapidamente aos estímulos de mercado". As "tradicionais" seriam aquelas em que inexitem novas tecnologias, ou, caso existam, sua utilização é bem reduzida. As intermediárias, definidas como de "transição", pressupõem a existência de tecnologia, porém de aplicação restrita¹⁴.

Na cultura da banana a tecnificação se reduz a dois momentos: adubação e pulverização. A adubação é feita manualmente e a pulverização requer um vaporizador que pode ser "costal" carregada pelo trabalhador ou, nas fazendas maiores, ser feita por pequenos aviões. Com a colheita, tem-se sua embalagem e as "câmaras de climatização" para garantir a conservação da fruta. No ciclo agrícola propriamente dito utiliza-se somente os dois itens já citados; fertilizantes e defensivos agrícolas. Também utilizam-se, eventualmente, tratores no trato dos terrenos e para puxar carretas com cachos.

A adoção de novas técnicas na bananicultura se insere no processo de "modernização" da agricultura brasileira, e mais particularmente da paulista. Essa modernização se fundamenta na alta concentração da propriedade fundiária e a utilização "racional" da terra, com modificações de áreas e produtos cultivados e técnicas utilizadas. Essas alterações na base técnica do capital, na agricultura, a partir da década de 60 reflete a forma como se dá o processo de industrialização da agricultura ou a subordinação da agricultura à acumulação a nível industrial.

A fabricação de máquinas e implementos agrícolas no país a partir da metade da década de 50 provocou uma reformulação nas rela

(14) Instituto de Economia Agrícola. "Desenvolvimento da Agricultura paulista", p. 273.

ções sociais no campo, com a redução do período de utilização dos trabalhadores, com alterações da sazonalidade na produção agrícola.

A alteração da sazonalidade porém, não irá significar a substituição do trabalhador pela máquina de forma radical. Isso porque a modernização se dará de forma parcial, ou seja, não irá provocar a mecanização total da produção, mas somente de algumas fases dessa produção¹⁵. Mesmo os produtos considerados "modernos" como a laranja e a soja têm somente partes das atividades agrícolas mecanizadas. Essa modernização parcial espelha o próprio caráter da industrialização brasileira, que por sua vez reflete a forma como o Brasil se insere na divisão internacional do trabalho. A dependência tecnológica aparece nas máquinas agrícolas aqui utilizadas em produtos tropicais, mas que em sua maioria foram idealizadas para culturas temperadas dos países de capitalismo central, sendo adaptadas nem sempre de forma adequada.

A "industrialização da agricultura" irá significar um aumento da produtividade do trabalho agrícola, com o aumento da produção e da exploração do trabalhador. A lucratividade do empreendimento agrícola se baseia cada vez mais na exploração da mais valia relativa redefinindo as relações de trabalho pela sua adequação às necessidades de acumulação.

Na bananicultura de Itanhaém, o aumento da produtividade não significou redução substancial da mão-de-obra. A utilização da mão-de-obra continua com certa estabilidade em relação a períodos anteriores havendo redução apenas em 1980. Tem-se a redução da área cultivada e um aumento da produtividade, o que implica maior produção

(15) Sobre esse processo vide José GRAZIANO da Silva. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.

com mesma quantidade de mão-de-obra tendo se estabilizado a partir de 1970.

O crescimento da produção de bananas em Itanhaém segue, até a década de 70, permeada de uma série de crises decorrentes da dependência da demanda dos mercados internacionais e das oscilações de preços nesses mercados. Além disso, a Argentina, que era o principal mercado consumidor da fruta brasileira sofre as conseqüências de uma crise política e econômica, tendo sua moeda se desvalorizado de forma freqüente, o que, obviamente, influirá no ganho dos exportadores. A isso, junta-se a questão do mercado internacional da banana ser controlada por três grandes oligopólios norte-americanos, que produzem a fruta em diversos países da América Central e do Sul - Equador principalmente - e controlam a comercialização nos mercados da América do Norte e Europa.

Em 1975, com um decréscimo da produção na região de Itanhaém causado por chuvas, enchentes, ventos e pragas, e também aumento do preço do frete rodoviário fará com que a fruta centro americana e equatoriana penetre no mercado argentino. O produto centro americana apresenta qualidade superior, além de maior produtividade, dadas as condições em que se dá sua produção, comercialização, capital investido etc. Com isso, o Brasil perde grande parte de seu principal mercado, uma vez que deixa de atender às crescentes exigências de quantidade e qualidade. Para enfrentar essa situação seriam necessários grandes investimentos, o que fará com que os fazendeiros optem por uma diversificação da produção em suas propriedades.

A produção local entra em declínio, com a redução das áreas cultivadas, abandono de bananais e experimentação com outras culturas. Se até 1976 90% da produção se destinavam exportação e os 10% restantes - frutas de qualidade inferior - ao mercado interno, a

situação atual se inverteu. Mantém-se ainda 10% da produção para a exportação, dada uma certa competitividade do produto brasileiro, devido a proximidade geográfica do mercado platino. O restante é comercializado na capital paulista e, algumas cidades do interior.

A Cooperativa Central dos Bananicultores é desativada e algumas fazendas encerram suas atividades, ou procuram se reorganizar. Frotas de caminhões frigoríficos que faziam o transporte para o Prata são vendidos; são fechados os escritórios mantidos pela Cooperativa na Argentina. Fala-se no término do "ciclo da banana", em Itanhaém, representado pelas empresas familiares, onde predomina uma baixa composição orgânica do capital. O ano de 1978 representou o ápice da crise com uma greve de trabalhadores e a desativação ou redução drástica da produção de duas grandes fazendas locais: a Banáurea e a Barigui.

Os motivos alegados pelos proprietários são as enchentes, pragas, geadas, terra cansada, preços dos fretes rodoviários para Argentina e o preço do produto equatoriano comercializado abaixo da tabela internacional, num processo de "Dumping"¹⁶. Mesmo assim, segundo declarações de alguns proprietários, não se perde dinheiro com a banana. Tanto é que a produção tem despertado o interesse de grupos empresariais que estão investindo em fazendas na área. Itanhaém, mantinha até 1979 posição de destaque na produção da fruta na baixada santista.

O que transparece é o esgotamento da empresa agrícola em moldes familiares como prevalecia nas fazendas estudadas. As necessidades da acumulação exigem mudanças profundas da base técnica e da composição do capital, para que o produtor sobreviva num mercado altamente concentrado e oligopolizado.

(16) FOME e doença na crise da banana, *A Cidade de Santos*, 18/11/79.

AS RELAÇÕES DE TRABALHO

1 - DO CAMARADA AO ASSALARIADO PERMANENTE

Desde sua implantação na região de Itanhaém, a bananicultura teve problemas relacionados à escassez de mão-de-obra local. O litoral sul do estado de São Paulo sempre foi escassamente povoado devido à forma marginal pela qual a área se inseriu historicamente na economia nacional fazendo com que sua população fosse atraída por regiões mais dinâmicas economicamente.

Desta forma, a mão-de-obra utilizada nos bananais, desde o início foi constituída de trabalhadores de fora do município. A mão-de-obra nativa, além de pouca - os caiçaras e tabacudos - era considerada pelos fazendeiros inadequada ao ritmo de trabalho exigido pelos bananais¹⁷. Com isso os trabalhadores para os bananais durante a década de 30, eram aliciados em Santos e se compunham basicamente de portugueses, espanhóis, negros e praianos da Ribeira e do litoral norte¹⁸.

A partir da década de 40, a composição desses trabalhadores, em termos de origem, se modifica. Começam a chegar os nordestinos que passam a ser majoritários a partir de então. Cabe lembrar que a partir de 1935, a vinda de migrantes para São Paulo, passa a ser estimulada pelo governo estadual para cobrir as exigências da ex-

(17) J.R. ARAÚJO FILHO. A baixada do rio Itanhaém p. 37 e 61; Antonio CÂNDIDO em *Os parceiros do Rio Bonito* - discute as dificuldades de incorporação de mão-de-obra caipira à grande lavoura, por questões ligadas talvez a características culturais pelo tipo de "ajustamento ecológico que desenvolveram". p. 177/8.

(18) J.R. ARAÚJO FILHO. Op. cit. p. 37.

pansão agrícola do estado e para compensar a migração dos trabalhadores do interior para a capital. Além disso, em São Paulo aumentavam as oportunidades de emprego tanto na agricultura quanto na indústria, enquanto que nos estados nordestinos continuava a prevalecer uma exploração agrícola de baixa produtividade. Isso provocou a vinda de milhares de nordestinos para São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente, à procura de melhores condições de vida e trabalho.

O trabalho dos bananais, porém, não oferecia condições satisfatórias de fixação dos trabalhadores. Segundo Araújo Filho, "o trabalhador dos bananais dessa fase se assemelhava àqueles que trabalhavam em áreas extrativas - seringais, cacauzeiros - onde predominava uma economia de coleta. Eram trabalhadores volantes ou camaradas, basicamente do sexo masculino que trabalhavam por dia e viviam amontoados nos barracões coletivos oferecidos pelas fazendas nos bananais. As condições de trabalho eram precárias e os trabalhadores ficavam à mercê dos proprietários. Os barracões coletivos ficavam sobre estacas, cuja parte de baixo servia como refeitório. Das diárias que recebiam era descontada uma "pensão" que correspondia ao direito de "moradia" e três refeições diárias. Soma-se a isso o isolamento, as enchentes, bichos e doenças, fazendo com que a permanência dos trabalhadores nas fazendas fosse problemática. Normalmente esses trabalhadores terminavam por perambular entre as diversas fazendas da região ou por sair dos bananais à procura de melhores condições¹⁹.

O trato dos bananais, requer cuidados constantes por ser a banana uma cultura que produz o ano todo e exige mão-de-obra perma

(19) J. R. ARAÚJO FILHO. *A baixada do rio Itanhaém*. p. 39.

nente. Nessa fase de implantação e expansão dos bananais, a fixação do trabalhador nas fazendas, dadas as condições descritas acima, passa a ser garantida por mecanismos semi-compulsórios de retenção do trabalhador, geralmente através de dívidas contraídas com a fazenda no adiantamento de gêneros básicos.

O camarada expressa uma relação de trabalho caracterizado fundamentalmente pelo trabalhador despojado dos meios de produção que vende sua força de trabalho ao proprietário. A grande produção local utilizou desde sua implantação esse tipo de relação de trabalho, evidenciando, desde o início, o caráter capitalista dessa exploração agrícola.

Entretanto, quando nos referimos à proletarização do trabalhador rural, deparamos com certas especificidades decorrentes da forma pela qual o capitalismo penetra no campo segundo as necessidades da acumulação do capital. A subordinação do campo ao capital se dá de forma bastante heterogênea conforme a região, refletindo a forma desigual e combinada que assume a expansão do capitalismo nos países periféricos²⁰. A proletarização do trabalhador rural ou sua tendência a essa proletarização, decorre de fatores tais como, a forma que assume a propriedade de terra, configuração geográfica, densidade e/ou disponibilidade da mão-de-obra, característica de produção agrícola, organização da produção etc.

No caso específico dos bananais de Itanhaém, a escassez de mão-de-obra acarretou o surgimento de mecanismos de retenção do trabalhador. Embora as relações de trabalho já se constituam em assalariamento com o emprego do camarada, a utilização desses mecanismos escapam ao que se denomina de relações puramente mercantis. Por

(20) Vide Leon TROTSKY. *A História da Revolução Russa*, vol. I, pp. 24/5.

demos dizer que, neste momento, as relações de trabalho não passaram ainda por um "processo de purificação" como o ocorrido em plantações mais modernizadas ²¹.

Até o final da década de 50, temos o predomínio do camarada nos bananais, que, apesar de volante, sofre o trabalho semi-compulsório. Aqui é importante fazer uma distinção entre o volante representado pelo camarada e os volantes ou bóias-frias que passam a majoritários no estado de São Paulo, a partir da década de 60.

Os primeiros eram empregados para a realização de tarefas, pelas quais eram remunerados. Esta remuneração era monetária e se descontavam as refeições diárias e a moradia, fornecida pelas fazendas. Essa relação de trabalho representou um momento específico da expansão do capitalismo na região, e sua adequação às condições locais.

Os segundos, os bóias-frias, serão resultado da progressiva subordinação da agricultura ao capital industrial. A alteração das bases técnicas da produção agrícola, a partir de 1960, teve como consequência a redução das exigências de utilização de mão-de-obra com o aumento da sazonalidade do trabalho agrícola, provocado pela progressiva utilização de máquinas e insumos. Assiste-se, nesse momento, à expulsão em massa dos trabalhadores residentes nas fazendas, agora dispensáveis em grande parte do calendário agrícola. Estes formarão, nas periferias das cidades interioranas, bolsões de mão-de-obra excedente, que irão compor a massa de bóias-frias ou trabalhadores agrícolas temporários, utilizados de forma intermitente pelas fazendas, conforme as necessidades do calendário agrícola ²².

(21) Geraldo MULLER. *Estado, Estrutura Agrária e População*. p. 56.

(22) Sobre o bóia-fria vide Maria Conceição D'INCAO e MELLO. *O bóia-fria: acumulação e miséria*; Octávio Ianne *A Classe Operária vai ao campo*.

E a forma mais característica do proletário rural, pois este trabalhador depende única e exclusivamente da venda de sua força de trabalho.

Na bananicultura não houve relação de trabalho anterior ao assalariamento - entendido este como remuneração em dinheiro por um período determinado de trabalho - como o colonato no café e formas de parceria em outras culturas. Nesta desde o início se utilizou o trabalhador assalariado. Primeiro os camaradas e em seguida o trabalho assalariado permanente.

O trabalho assalariado permanente, passa a ser predominante no momento em que, nas demais regiões do estado, a tendência é a generalização cada vez maior do bôia-fria, dada as alterações técnicas na produção agrícola. Em Itanhaém, a situação se diferencia, passando de 717 assalariados "temporários" (camaradas) e 189 permanentes em 1950, para 25 temporários e 765 permanentes em 1975).

O progressivo aumento na utilização de trabalhadores permanentes em Itanhaém é resultante de inúmeros fatores relacionados entre si:

- 1 - o baixo grau de tecnificação da cultura da banana que irá determinar a baixa composição orgânica do capital, nesta exploração, com o predomínio do capital variável. A isto associa-se a inexistência de oferta abundante de mão-de-obra na região. A proximidade de Itanhaém de grandes centros industriais e as atividades ligadas ao turismo no município e arredores não permitiram a formação de um excedente de mão-de-obra não qualificada que se ocupasse de forma intermitente com o trabalho agrícola.
- 2 - A natureza da produção agrícola. A banana produz o ano inteiro e exige cuidados permanentes, o que exige um número razoável de trabalhadores nos tratos culturais. Essa produção não possui a sazonalidade de outras culturas. Mesmo com a utilização eventual de bôias-frias, os trabalhadores

permanentes tornam-se indispensáveis.

3 - A substituição do camarada pelo trabalhador permanente reflete momentos distintos da penetração do capitalismo no campo, no Brasil. As especificidades que assume a nível regional são decorrentes das necessidades de acumulação nos diversos momentos. O trabalhador temporário ou bôia-fria é resultante de um processo de especialização e modernização da agricultura, que não se apresenta de forma homogênea, embora tendencialmente dominante.

2 - À JORNADA DE TRABALHO

A divisão do trabalho nas fazendas itanhaenses se dá entre os trabalhadores braçais e os "especializados" - como motoristas, mecânicos, pessoal de escritório. Entre os "especializados," os mecânicos e motoristas residem na fazenda, mas possuem situação funcional diferenciada já que não são considerados trabalhadores rurais. Seu número é bastante reduzido, o mesmo acontecendo com o pessoal de escritório.

Os escritórios nas fazendas não ocupam mais do que duas pessoas, uma vez que as atividades comerciais estão centralizadas em escritórios localizados na cidade de Santos.

Entre os trabalhadores rurais a divisão do trabalho é pequena. Todos realizam as diversas tarefas atinentes aos tratamentos culturais da banana.

Os braçais, rurais ou bananeiros, como passaremos a chamá-los, são os responsáveis diretos pela produção. São suas tarefas carpir, roçar, debastar, adubar, abrir e manter valas de drenagem, plantio, colheita, embalar a fruta nas caixas e carregar os caminhões. Para cada grupo de trabalhadores existe um chefe de turma

- o feitor - encarregado de distribuir e fiscalizar as tarefas. Geralmente são trabalhadores mais antigos e considerados "confiáveis" pelos patrões. Seus salários diferem pouco daqueles recebidos pelos "braçais". No momento da pesquisa estava em torno de Cr\$ 18.000,00 com casa na fazenda, semelhante aos demais trabalhadores.

Os "bananeiros" são pagos por dia de trabalho, por empreita ou fusão dos dois, a forma "mista". O trabalho por empreita é feita com um trabalhador ou grupo de trabalhadores para a realização de determinadas tarefas como roçado, carpina, desbaste, etc. O pagamento é feito quando o serviço estiver pronto e o tempo empregado depende das condições físicas do trabalhador e também do clima. Esse tipo de relação de trabalho permite ao proprietário maximizar a extração de mais valia absoluta do trabalhador pelo aumento da jornada de trabalho. Isso porque o trabalhador necessita produzir o mais rápido possível para ganhar mais. Essa relação era dominante quando da utilização de camaradas. Com a legislação trabalhista e o emprego do trabalhador permanente essa relação quase deixou de ser utilizada.

O "diarista" trabalha 8 horas por dia mais duas horas extras "normais", de segunda a sábado. O salário percebido é o mínimo - Cr\$ 11.928,00²³ - sendo que, com as extras, não passa de Cr\$ 14.000,00 bruto. Existe ainda a forma mista - bastante utilizada que coaduna o trabalho normal por diárias com serviços de empreita, após o horário de trabalho. Nesses casos a empreita é realizada por um trabalhador ou grupos de trabalhadores que utilizam o trabalho familiar gratuito até o anoitecer como complemento. Esse sistema possibilita a extensão da jornada de trabalho com a utili-

(23) Salário mínimo vigente em janeiro de 1982 em S. Paulo.

zação de mão-de-obra suplementar não paga, com aumento da produção e da exploração da força de trabalho. Essa será a forma usual pela qual os trabalhadores acrescem alguns trocados a mais em seu salário, e a fazenda, os seus lucros, sem o aumento do número de trabalhadores utilizados. Na empreita entra o trabalho de toda famí-lia desde os elementos que trabalham em outras fazendas, até as crianças. O resultado desse trabalho é pago no final do mês para o "chefe" da família.

Dessa forma a jornada de trabalho se estende no horário em que normalmente o trabalhador deveria estar descansando para recuperar as energias perdidas durante o dia.

O valor pago às tarefas por empreita tinha como base o salário mínimo e seu preço estabelecido por tabelas determinadas nos acordos salariais entre o sindicato e os proprietários. Segundo informação do sindicato, hoje em dia essa tabela não existe mais, sendo o preço das tarefas determinado por acordo entre a fazenda e o empregado, o que permite àquela pagar segundo seus interesses. É o que ocorre com a colheita, onde cada cacho tem um valor aproximado de Cr\$ 2,00 como "incentivo" a produtividade.

O trabalhador cuida em média de 5 hectares ou 10.000 pés de bananas aproximadamente. Trabalha em todas as fases dos tratamentos culturais durante o ano todo. Seus instrumentos de trabalho são a foice, a enxada, o pênado (instrumento de corte) e o facão, todos fornecidos pelas fazendas. Outros equipamentos como botas, luvas, proteção contra sol, chuva e bichos do mato, são por conta dos trabalhadores. Ao trabalho pesado nos bananais soma-se a dureza das condições climáticas da região: calor, umidade excessiva, chuvas

constantes, enchentes, enxames de mosquitos, cobras, etc. O trabalho independe de condições climáticas, tendo os trabalhadores que se sujeitem a trabalhar de qualquer maneira.

A jornada média de trabalho diário é de 10 horas, mas com elasticidade suficiente para suprir as necessidades da produção. A entrada no serviço se dá entre 6 e 7 horas da manhã, com uma hora ou hora e meia de almoço, e saída entre 15:30 e 17:00 horas. Como as horas extras são obrigatórias, o horário de saída raramente é dado antes das 17 horas, podendo ser estendido até o anoitecer. Aos sábados, o horário é variável conforme a fazenda: as que "compensam" durante a semana vão até 15:30 horas. As empreitas eventuais continuam depois desse horário e no domingo.

No geral, quando não trabalha, o bananeiro tenta se recuperar do cansaço acumulado durante a semana. A fisionomia desses homens estampa suas condições de vida e trabalho: homens e mulheres que aparentam o dobro da idade num envelhecimento precoce provocado por um cotidiano extenuante.

Segundo Marx, a "produção capitalista, que essencialmente é produção de mais valia, absorção de trabalho excedente, ao prolongar o dia de trabalho, não causa apenas a atrofia da força humana de trabalho, à qual rouba suas condições normais, morais e físicas de atividade e desenvolvimento. Ela ocasiona o esgotamento prematuro e a morte da própria força de trabalho. Aumenta o tempo de produção do trabalhador num período determinado, encurtando a duração de sua vida"²⁴.

O cotidiano do bananeiro é na solidão dos bananaís. Eventualmente desce até a cidade. A fazenda é o local onde mora, tra-

(24) Karl MARX. *O Capital*. livro 1, vol. 1, p. 301.

balha, consome e descansa. Um cotidiano isolado onde ninguém aparece - nem padre, nem sindicato - o que faz com que a sensação de abandono, conformismo e poucas esperanças seja o predominante entre eles.

Na faina dos bananais exaure suas energias e em troca recebe um salário mínimo que raramente vê, já que a maior parte do que deveria receber está empenhada no armazém. É um trabalhador que depende única e exclusivamente da venda de sua força de trabalho para sobreviver. É um proletário que, para se reproduzir enquanto tal, é obrigado a se submeter a um regime de super-exploração como condição de sobrevivência.

3 - MECANISMOS DE RETENÇÃO DO TRABALHADOR

O atraso do pagamento dos salários é uma constante nos bananais, sendo que é considerado "normal" os salários estarem atrasados de 1 a 2 meses.

Esses atrasos levaram os trabalhadores à greve em 1978, quando o atraso do pagamento em alguns casos chegou a 16 meses. Com esses atrasos a sobrevivência dos trabalhadores é garantida pela compra de mantimentos no armazém da fazenda que funciona como uma espécie de "adiantamento salarial". Os armazéns das fazendas têm uma função específica na retenção da força de trabalho. Seu mecanismo é simples: o abastecimento dos gêneros básicos é feito na "chiboca"²⁵; seus preços chegam até o dobro do normal pago na cidade, que faz com que os salários sejam ali deixados. Dos Cr\$... 11.928,00 que recebem como salário, mais horas extras e empreitadas eventuais que ocorrem, há em muitos casos, situações em que o trabalhador, com família média de 4 a 5 pessoas, só chega a receber

(25) denominação local dada aos armazéns das fazendas.

Cr\$ 3.000,00. Outros nada recebem e ficam devendo para a fazenda.

Apesar da compra na "chiboca" não ser obrigatória, as opções são poucas: a passagem de ônibus até Itanhaém ida e volta equivalia no momento da pesquisa a aproximadamente 1% do salário mínimo (Cr\$ 152,00). À exceção dos moradores dos sítios mais próximos da periferia da cidade, com maior facilidade de locomoção, o preço do transporte inibe o abastecimento fora da fazenda. Mesmo assim é comum alguns trabalhadores se abastecerem de parte de suas necessidades fora das fazendas.

Dada a distância de alguns sítios de Itanhaém, a "chiboca" é o único local em que os trabalhadores se abastecem. O alto preço é justificado pelos proprietários por esta distância, embora afirmem que a chiboca oferece tudo a preços acessíveis aos trabalhadores. Mesmo para aqueles que costumam se abastecer fora, o atraso do pagamento impede a continuidade dessa prática fazendo com que o consumo seja realizado nas fazendas. Embora esse endividamento não chegue a impedir a saída do trabalhador da fazenda, funciona como freio à rotatividade dos trabalhadores. Outro dado importante a ressaltar é que os trabalhadores não possuem cadernetas que possibilitem controlar sua dívida. As anotações ficam com o chiboqueiro, com as implicações que isso acarreta.

O uso do armazém, como forma de reter o trabalhador não é novo nem característico apenas da região estudada. Encontramos referência dessa prática em várias regiões e momentos históricos de terminados - do colono do café ao trabalhador da cana, passando pelos seringais, cacauzeiros, etc. Essa prática vai sendo extinta conforme mudanças históricas nas relações de produção das diversas regiões brasileiras como as especificidades próprias às culturas e regiões.

A habitação

Devido aos baixos salários e à pouca qualificação dos trabalhadores braçais para enfrentarem um mercado de trabalho onde suas oportunidades são restritas, a existência de habitações, fornecidas "gratuitamente" pelas fazendas, aparece como poderoso elemento de fixação do trabalhador numa ocupação extremamente desfavorável. O aluguel e o custo de vida alto na cidade fazem com que o bananeiro, geralmente migrante de outras regiões do país e que, em alguns casos, já tentou a cidade como alternativa, veja nos bananais uma situação de melhora. Mesmo em relação àqueles que vieram direto para os bananais e depois migraram para cidade, existiram casos de retorno, atraídos pela ausência de aluguel. Esse é um fator importante na manutenção de mão-de-obra, numa região que não a possui em abundância e que depende quase que exclusivamente da mão-de-obra migrante. Ao mesmo tempo em que a habitação funciona como atrativo para a permanência do trabalhador, atua também como rebaixadora do preço da força de trabalho numa região onde a escassez, aliada à dureza do trabalho, talvez elevassem o custo da mão-de-obra, inviabilizando a produção nos moldes em que é realizada.

As habitações dos trabalhadores são compostas de blocos de casas geminadas, compostas de dois cômodos e cozinha, em dimensões bastante reduzidas. Essa economia de espaço na construção de moradias está relacionada ao cálculo econômico do proprietário que tem como lógica, o mínimo de investimento com o máximo de retorno. De qualquer forma, a casa será importante atrativo para a mão-de-obra não qualificada, ao mesmo tempo que permite ao proprietário controlá-la em todas as esferas da vida social²⁶. Sua localização dentro

(26) José Sérgio Leite Lopes. *Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa*. In: *Mudança Social no Nordeste*. p. 52.

da fazenda possibilita ao proprietário o controle sobre as atividades do trabalhador, levando-o a acatar as exigências da fazenda, no que se refere a horas extras e serviços extraordinários diversos, aos quais não tem como se furtar. O mesmo se dá com relação à assiduidade no trabalho, que é garantida com essas residências.

As vilas ou blocos de casas situam-se em áreas estratégicas das fazendas, nas diversas seções ou sítios que as compõem. A cada sítio corresponde uma vila de casas. Por se situarem no meio dos bananais, dispensa qualquer tipo de transporte para os trabalhadores. As tarefas urgentes são garantidas pela presença constante do trabalhador.

O estado de conservação das casas é variável conforme a fazenda. Em linhas gerais não se pode afirmar que sejam boas. Possuem luz elétrica e água encanada naquelas fazendas que continuam com suas atividades normais como a Mambu e São Pedro. Nas demais, a situação é um pouco pior, nem sempre possuindo luz ou água. As casas, em sua maioria, são de alvenaria mas existem também casas de madeira, sejam nas vilas, sejam isoladas nos bananais. A água encanada deve-se à abundância de correntes de água que descem da serra do mar, o que facilita sua distribuição por entre as vilas de casas sem implicar em grandes investimentos para o proprietário.

As casas são distribuídas para as famílias de trabalhadores. Para os solteiros, existem barracões coletivos ou alguns trabalhadores dividem casas em dois cômodos. Como já foi citado, a qualidade é muito variável conforme, inclusive, as seções das fazendas e sua localização. Em algumas, as vilas de trabalhadores estão em locais sujeitos a enchentes periódicas. Dada a quantidade de rios e o alto índice pluviométrico, as enchentes são comuns, ilhando os trabalhadores, às vezes por vários dias, até as águas baixarem.

A forma de ocupação das residências vincula-se diretamente às fases de expansão ou declínio da produção que irá implicar aumento ou diminuição do número de trabalhadores e a consequente distribuição das residências, segundo a quantidades de trabalhadores.

Os bananeiros percebem a casa como cedida gratuitamente pela fazenda e, segundo os proprietários, isso é verdadeiro. Mas todas as fazendas cobram uma taxa de utilização de energia elétrica, a "luz" como eles chamam, que tem seu valor em torno de 7% do salário mínimo, ou seja Cr\$ 800 / 900,00.

A maioria dos trabalhadores faz restrições à qualidade das casas, seu estado de conservação, localização ou se de madeira ou alvenaria. Mesmo assim acham que está bom já que não pagam o "aluguel". Para efeito de ilustração, basta citar que uma dessas colônias era uma estrebaria e foi adaptada em várias "residências" para os trabalhadores.

De qualquer forma, a casa funciona como poderoso atrativo à fixação do trabalhador. Se compararmos o trabalhador permanente dos bananais com o volante de outras regiões do estado, fica difícil fazer uma avaliação sobre qual se encontra em situação menos satisfatória. A moradia na fazenda pode ser considerada um salário indireto, um adicional com peso razoável nas condições de reprodução da força de trabalho. Nesse sentido o trabalhador permanente dos bananais se encontra em situação mais satisfatória. Mas, devem ser levadas em conta as condições concretas de trabalho nos bananais, a insalubridade do clima, e que o fornecimento de "atrativos" aos trabalhadores obedece única e exclusivamente às necessidades imediatas da acumulação. Em outras palavras as formas indiretas de retenção do trabalhador e o fornecimento de moradias, principalmente, está relacionado com a disponibilidade de mão-de-obra

no local e a necessidade de manter o salário do trabalhador no mínimo possível. Como vimos anteriormente, a área em estudo tem problemas de mão-de-obra, logo a tendência seria o aumento dos salários, o que não ocorre com a manutenção do trabalhador permanente. O tripé moradia - armazém - atraso nos salários funciona como mecanismo de retenção indireta de manutenção e exploração da força de trabalho.

Atualmente, os trabalhadores residentes nas fazendas, em sua maioria, estão com sua situação trabalhista regularizada, no que diz respeito à documentação. As fazendas possuem, nos escritórios locais, as fichas dos trabalhadores registrados na DRT, conforme o exigido. Isso, porém, não significa que as leis trabalhistas são respeitadas nos bananais. Dada a localização geográfica das fazendas, algumas de difícil acesso, além da precária fiscalização da DRT, a burla da legislação chega a ser quase uma norma. Como o atendimento às reclamações dos trabalhadores junto ao sindicato, demanda processos demorados para a sua execução, tais reclamações nem sempre são levadas adiante. Em grande parte, terminam em acordos com os proprietários, acordos estes extremamente lesivos aos trabalhadores.

A promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, resultante da luta dos trabalhadores para a extensão da legislação trabalhista no meio rural, irá exigir o cumprimento de determinações legais, que são difíceis de controlar no campo. Apesar de ter sido promulgado pela lei nº 4.914, de 02 de março de 1963, publicado no Diário Oficial de 18 de março do mesmo ano, só começará a ser implantado depois do golpe militar de 1964, quando serão outras as condições políticas. No campo, de forma geral, sua implantação levará os proprietários rurais a expulsar os trabalhadores residentes com os quais passam a ter obrigações de ordem trabalhista e a

utilizarem os trabalhadores temporários como forma de burlarem a legislação. Junta-se a isso o incentivo à adoção de técnicas agrícolas poupadoras de mão-de-obra.

Nas fazendas de banana, entretanto, a adoção de novas técnicas que aumentarão a produtividade do trabalho, nos anos 60, não implicara em redução do número de trabalhadores empregados ou em sua expulsão das fazendas. As características próprias da produção, e a expansão da procura da fruta no mercado, terão como consequência a manutenção de um número médio de trabalhadores, com uma produtividade maior. Tem-se então um aumento da extração de mais valia relativa, aliado às formas de extração de mais valia absoluta, como a extensão da jornada e outros métodos já descritos anteriormente.

A adoção da legislação trabalhista se dará de forma lenta e parcial, com a conjuntura política vigente no país impedindo a organização dos trabalhadores para lutar pelos seus direitos. Em 1978, num momento de "abertura" do regime militar, teremos uma greve dos trabalhadores dos bananais, cujas reivindicações, além daquela imediata que deflagrou o movimento, - o atraso nos salários - terão justamente a efetiva aplicação da legislação trabalhista.

CONCLUSÃO

A grande produção de bananas em Itanhaém retrata a forma como se insere a região no modo de produção de mercadorias. O capitalismo, em sua expansão, não homogeniza regiões ou mesmo relações sociais. Sua tendência é a imposição de relações tipicamente capitalistas, mas este é um processo lento e diferenciado, em função dos interesses imediatos da acumulação.

A incorporação da área à economia mercantil, trouxe em seu bojo a destruição das relações sociais anteriores e a implantação de relações capitalistas. Essas relações, porém, serão mediadas pelas particularidades do desenvolvimento histórico regional. Além das condições concretas existentes na região, que irão influenciar nas relações de trabalho, as exigências características da produção da fruta e o grau de tecnificação existente determinarão sua configuração.

A produção será organizada em grandes fazendas sobre controle familiar, voltadas para a exportação da fruta. A dependência de mercados externos tornará a produção vulnerável às oscilações de um mercado internacional altamente oligopolizado e que terminará por excluir o produto local de seus mercados tradicionais como Argentina e Uruguai. A falta de condições de enfrentarem as multinacionais da banana, aliada a fatores internos, como a crise econômica que começa a se delinear em 1974 com o final do "milagre brasileiro", fará a produção das grandes fazendas itanhaenses entrar em crise e ter de se readequar, agora, em função do mercado interno.

Historicamente, as relações de trabalho passaram do camarada

ao trabalhador permanente, em momentos distintos, acompanhando as transformações da economia brasileira. O predomínio do assalariado permanente e residente irá contrastar com as relações de trabalho adotadas em áreas agrícolas mais modernizadas a partir dos anos 60. Essa modernização criou, em amplas áreas do estado de São Paulo, um proletariado rural em disponibilidade para o trabalho agrícola de forma intermitente. A localização quase que "suburbana" de Itanhaém, em áreas industrializadas, contribuiu para a não formação de uma população excedente dedicada à agricultura.

Os bananeiros, embora proletários rurais, não estão, ainda, na situação dos trabalhadores rurais de outras regiões. Não foram expulsos das fazendas por necessidades próprias da organização da produção que os ocupa de forma permanente. Com residência nas fazendas, a exploração deste trabalhador difere do bôia-fria, por uma relativa garantia de emprego, representada pela legalização de sua situação empregatícia e pela moradia a que têm direito. Isso, vem acompanhado porém, pelo aumento da exploração da força de trabalho, representada pela extensão da jornada de trabalho, empreitadas frequentes, e controle exercido pelo proprietário. Ambos permanente e bôia-fria - fazem parte do proletariado rural e suas diferenciações são decorrentes da forma lenta e desigual de como se dá a expansão do capitalismo no campo e a proletarianização do trabalhador rural.

Todavia, está havendo mudanças na produção, com diminuição da área cultivada, diversificação e alguns casos de maior investimento por parte de novos grupos empresariais, que colocam a tendência, de alterações na forma de utilização da força de trabalho, como consequência de alteração na composição do capital.

BIBLIOGRAFIA BASICA

- 1 - MEGALE, Januário. *A bananicultura no litoral paulista: um estudo de Geografia Econômica*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, FFLCH - USP, 1975.
- 2 - SIMÃO, Azis e GOLDMANN, Frank. *Itanhaém: estudo sobre o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade litorânea*. FFCL-USP, Boletim nº 226, Sociologia II nº 1. S. Paulo, 1958.
- 3 - MOREIRA, Raul S. *Relatório de viagens às regiões bananeiras das América Central e Caribe*. Instituto Agrônomo de Campinas-SP. Seção de Fruticultura Tropical, fev. 1973. Mimeo.
- 4 - INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. *Desenvolvimento da Agricultura Paulista*. Secretaria da Agricultura, Governo do Estado de S. Paulo, 1ª edição, 1972.
- 5 - SILVA, José Graziano da. *Progresso técnico e Relações de trabalho nas agriculturas*. São Paulo, HUCITEC, 1978.
- 6 - ARAÚJO FILHO, J.R. *A baixada do rio Itanhaém: Estudo de Geografia Regional*. USP - FFCL, Boletim 116, Geografia nº 5, s/d.
- 7 - _____. *A Cultura de banana no Brasil*. Boletim Paulista de Geografia, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Regional de S. Paulo, nº 27, out. 1957.
- 8 - TROTSKY, Leon. *A História da Revolução Russa*. Tradução E. Huggins. 2a. edição, Rio, Paz e Terra, 1977, vol. I.
- 9 - MULLER, Geraldo. *Estado, Estrutura Agrária e População. Estagnação e Incorporação Regional*. Cadernos CEBRAP nº 32. Petrópolis, VOZES-CEBRAP, 1980.
- 10 - IANNI, Octávio. *A Classe Operária vai ao campo*. Cadernos CEBRAP nº 24. São Paulo, Brasiliense - CEBRAP, 2a. edição, 1977.
- 11 - D'INCAO E MELLO, Maria Conceição. *O bôia-fria: acumulação e miséria*, 3a. edição. Petrópolis, VOZES, 1976.
- 12 - LOPES, José Sérgio Leite. *Mudança Social no Nordeste*. Rio, Paz e Terra, 1979.

13 - MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio, Civilização Brasileira, 1975.

TEXTOS UFPB - NDIHR JÁ PUBLICADOS

1. RASTROS DE TRAGÉDIA.
Mauro Guilherme Koury - agosto/83.
 2. PREÇO DA TERRA, TAXA DE JUROS E ACUMULAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL.
Cláudio Antonio Gonçalves Egler - setembro/83.
 3. MOVIMENTOS SOCIAIS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO. Paraíba 1917 - 1921.
Antonio Albino Canelas Rubim - outubro/83.
 4. A CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DO SOCIALISMO NO BRASIL. A constru
ção do Partido Socialista Brasileiro (1945 - 1947).
Silvio Frank Alem - maio/84.
 5. SOLO URBANO E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA
Tamara Tania Cohen Egler - outubro/84.
 6. TRABALHO: O CAPITALISMO ADIANTADO E A CLASSE OPERÁRIA. Um novo
sindicalismo.
Joana Neves (no prelo)
 7. SOBRE BANANAS E BANANEIROS. Produção Mercantil e Relações de
Trabalho.
Jacob Carlos Lima - janeiro/85.
 8. CLIENTELISMO E MÁQUINA ESTATAL NAS ELEIÇÕES DE 1982.
Maria Antonia Alonso de Andrade (no prelo).
 9. A IGREJA POPULAR NA IMPRENSA PAULISTA.
Joana Neves (no prelo).
-